



REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL - 20 ANOS



PRONUNCIAMENTOS PROFERIDOS NA SESSÃO
ESPECIAL DO SENADO FEDERAL EM COMEMORAÇÃO
AOS 20 ANOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS.



REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL - 20 ANOS



PRONUNCIAMENTOS PROFERIDOS NA SESSÃO
ESPECIAL DO SENADO FEDERAL EM COMEMORAÇÃO
AOS 20 ANOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS.

REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL - 20 ANOS

PRONUNCIAMENTOS PROFERIDOS NA SESSÃO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL
EM COMEMORAÇÃO AOS 20 ANOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS.

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autor e fontes.

Teresa Cristina Lyra - Editora
Deadline Comunicação Ltda.
Fone 0XX61 328 7377 Brasília DF



Supervisão

Ana Carolina Mendonça Horta

Capa e Programação Visual

Eider Queiroz

Fotolito e Impressão

Gráfica e Editora Executiva

2005

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

ÍNDICE

Apresentação	5
Documento Compromisso com a Nação	9
Pronunciamento da Excelência o Senador Marco Maciel	15
Pronunciamento da Excelência o Senador Jorge Bornhausen	23
Pronunciamento da Excelência o Senador Antonio Carlos Magalhães	31
Ordem Cronológica do processo para Redemocratização do Brasil	37

APRESENTAÇÃO

Nesta oportunidade em que me cabe promover a divulgação dos pronunciamentos comemorativos dos vinte anos da abertura política, a direção do Instituto Tancredo Neves levou em conta que aquele acontecimento marcante de nossa vida política confunde-se com a criação tanto do PFL como do ITN. Tomamos como referência o Compromisso com a Nação adiante inserido--, que cimentou a criação da Aliança Democrática --vitoriosa na transição para o governo civil--, documento que se tornou o roteiro na reconstituição, que se seguiu, das instituições do sistema democrático representativo.

Eleito, em 1982, deputado estadual pelo PDS de Goiás, era um jovem parlamentar no exercício da liderança daquele partido na Assembléia Estadual no marcante ano de 1984, quando se decidiram os destinos do país. Naquela condição fui eleito delegado à convenção nacional que deveria escolher o candidato à Presidência da República. Segundo a tradição dos governos militares, o escolhido no partido majoritário tinha assegurada a vitória no Colégio Eleitoral. A eleição para a Presidência da República processava-se de modo indireto. A convenção do PDS estava marcada para meados de agosto daquele ano (1984).

Em abril, o governo submeteu ao Congresso projeto de emenda constitucional determinando que seriam diretas as eleições para a Presidência da República, em 1988. Era uma forma de sinalizar que a eleição indireta daquele ano seria a última. Como a proposta governamental acabou sendo retirada, a oposição conseguiu não só manter o assunto na ordem do dia como tratou de antecipar o pronunciamento das urnas. Essa iniciativa passou à história com o nome de emenda das diretas. Ensejou empolgante

movimento popular em todo o país. E, ainda que a emenda das diretas tenha sido derrotada, parte substancial do PDS entendeu que era necessário ir ao encontro desse anseio nacional, evitando que o ritual de escolha indireta fosse apenas uma forma de sancionar a opção do governo. Com esse entendimento, a liderança do PDS conseguiu o compromisso do Presidente Figueiredo de que o PDS realizaria uma escolha prévia entre os candidatos, que, para tanto, promoveriam movimentação no país, com toda liberdade.

Dentre os que postulavam aquela indicação, pareceu-me que o então jovem senador Marco Maciel tinha todas as condições de atender aos anseios de renovação do país e, ao mesmo tempo, evitar que enveredássemos pelo caminho da caça às bruxas, que somente perpetuaria divisões e ressentimentos. Engajei-me, pois, com o maior entusiasmo, nessa movimentação e fiz parte da comitiva que acompanhou o Senador Marco Maciel pelos diversos estados. Tivemos oportunidade de sentir que, por toda parte onde estivemos, lideranças expressivas queriam de fato que a abertura política se completasse, sem mais delongas, mas também evitando acirrar animosidades e buscando interessar a Nação num projeto voltado para o futuro.

Entretanto, os acontecimentos precipitaram-se. O Presidente Figueiredo recuou da consulta prévia no PDS. Em revide a tal disposição, o senador José Sarney renunciou à Presidência do PDS (nos começos de junho). Na condição de Primeiro Vice, assumiu em seu lugar o senador Jorge Bornhausen, quem também renuncia, antes do término do mês. Estava precipitada a crise.

Começam então as articulações para promover a transição diretamente para a oposição, respeitadas as regras da eleição indireta, como exigia o governo. A oposição tinha então um nome que, merecendo toda a confiança de seus pares, onde ocupara lugar destacado em sua liderança, ao longo de todos aqueles anos, era governador eleito por voto direto de um estado importante como Minas Gerais. A par disto, Tancredo Neves era, reconhecidamente, espírito conciliador e estava, como nós, interessado em mobilizar o país em torno de um grande projeto nacional. Entrevi claramente que esse era o caminho e dele participei com empenho. Para começar, cumpri o acordo que havíamos firmado e não compareci à convenção do PDS, realizada a 14 de agosto, quando se deu a escolha de Paulo Maluf como candidato a concorrer no Colégio Eleitoral.

Coerentemente com a decisão que havia tomado naquele período decisivo de nossa história, participei da criação do PFL, consumada em sua Primeira Convenção Nacional, realizada a 24 de janeiro de 1985. Fui escolhido para presidir a Comissão Provisória do PFL em Goiás. Creio que o slogan que adotamos diz bem do nosso espírito: **Estou vindo com o amanhã da liberdade** .

Entendi que esse depoimento poderia ajudar as novas gerações, que não participaram daqueles acontecimentos, a ter presente as esperanças que nos animavam. Creio que o sonho realizou-se, naturalmente da mesma forma como se realizam todos os sonhos, deixando insatisfações que darão lugar a novas esperanças. Restauramos as eleições diretas em todo o país. Asseguramos a tranquila alternância no poder. Em que pese as dificuldades surgidas desde 1985, como a morte de Tancredo Neves e, notadamente, a ascendência de mentalidade estatizante na Constituinte, impondo-nos a tarefa de reformar e adequar a Constituição de 88 --, o Brasil que temos hoje é muito diferente do que foi herdado em 1985.

Tal resultado é que motivou o PFL a organizar a intensa mobilização, em que nos lançamos, para promover, agora em maio, o **Congresso da Refundação**. Vamos definir que novos horizontes se descortinam e quais os desafios a enfrentar. Estou certo de que, com o mesmo entusiasmo daqueles tempos juvenis, espero que melhorado porquanto amadurecido, juntamente com as demais lideranças de nossa agremiação, proporcionaremos ao país *novas conquistas, aptas a nos conduzir à retomada do crescimento em bases sustentáveis e duradouras.*

Brasília, abril de 2005.

Deputado Vilmar Rocha
Presidente nacional do ITN

COMPROMISSO COM A NAÇÃO FIRMADO PELA ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Os signatários deste documento, representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e da Frente Liberal, objetivando a consolidação das instituições democráticas, o desenvolvimento econômico do Brasil e a realização da justiça social, deliberaram constituir uma "Aliança Democrática", aberta aos Partidos Políticos e demais forças democráticas, para eleger o Presidente e Vice-Presidente da República às próximas eleições e instituir um Governo que promova o encontro do Estado com a sociedade e concretize o bem comum.

Fundamenta-se esta Aliança Democrática nos seguintes princípios:

"COMPROMISSO COM A NAÇÃO

O PMDB e a Frente Liberal, conscientes de suas responsabilidades perante a Nação, decidiram reunir seus esforços no propósito de promover as inadiáveis mudanças que a sociedade brasileira exige.

O entendimento que selam, neste momento, é o primeiro passo para a constituição de uma Aliança Democrática que se compromete com o destino nacional. Ao formalizá-lo, os signatários conclamam os Partidos Políticos e demais forças democráticas, animados pelo sentimento de patriotismo, a se irmanarem nesta caminhada de fé e esperança do povo brasileiro.

O País vive gravíssima crise na história republicana. A hora não admite vacilações.

Só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social.

Este pacto político propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o Povo e o Governo. Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro, propõe o entendimento de todos os brasileiros.

É indispensável que se efetive o conagraçamento nacional baseado na liberdade, na igualdade sob a lei, no escrupuloso respeito pela coisa pública, na justa participação de todos nos frutos do progresso, na solidariedade entre os brasileiros. Congraçamento nacional capaz de propiciar, em clima democrático, as mudanças que a Nação reclama.

É urgente a necessidade de proceder-se à reorganização institucional do País.

10

Uma nova Constituição fará do Estado, das Leis, dos Partidos Políticos, meios voltados para a realização do homem - sua dignidade, sua segurança e seu bem-estar.

O Brasil deve ser um País para seu próprio povo, em que seja assegurado o exercício pleno da cidadania, respeitados os direitos humanos, preservadas a identidade e a cultura nacionais.

Em uma Nação marcada pela pobreza e ameaçada pelo desespero dos marginalizados, a Administração Pública deve se caracterizar pela credibilidade e pela participação, e se pautar sempre pela austeridade e moralidade.

É dever do Estado erradicar a miséria que afronta a dignidade nacional, assegurar a igualdade de oportunidades, propiciar melhor distribuição da renda e da riqueza, proporcionar o reencontro com os valores da nacionalidade.

Esse Brasil será edificado com o sacrifício, a coragem e as inesgotáveis reservas de patriotismo de sua gente.

Esta é a tarefa que cumpre empreender.

Esse entendimento possibilita à Aliança Democrática estabelecer como compromisso impostergáveis e fundamentais com a Nação brasileira:

- Restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal, para Presidente da República, Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios, considerados estâncias hidrominerais, e dos declarados de interesse da segurança nacional. Representação política de Brasília;

- Convocação de Constituinte, livre e soberana, em 1986, para elaboração de nova Constituição;

- Restabelecimento da independência e prerrogativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário;

- Fortalecimento da Federação e efetiva autonomia política e financeira dos Estados e Municípios;

- Reforma da legislação eleitoral de modo a possibilitar a formação de novos Partidos, permitir as coligações partidárias e assegurar às agremiações políticas o acesso democrático ao rádio e à televisão;

- Retomada e reordenamento do processo de desenvolvimento, como opção fundamental da sociedade brasileira;

- Reprogramação global da dívida externa, em condições que preservem o povo de sacrifícios insuportáveis e resguardem a soberania nacional;

- Combate à inflação, através de medidas que considerem, não apenas sua origem financeira, mas sobretudo seu caráter prioritariamente social. Saneamento financeiro interno e redução do custo do dinheiro;

- Reforma tributária, como instrumento básico de realização dos objetivos de política social e econômica. Correção das desigualdades regionais e pessoais de renda;

- Prioridade ao Nordeste, reconhecimento da sua capacidade na reformulação das soluções mais adequadas ao resgate da dívida nacional com a Região;
- Adoção de medidas de emergência contra a fome e o desemprego;
- Desconcentração do Poder e descentralização do processo decisório. Desburocratização;
- Apoio à livre iniciativa. Fortalecimento das empresas nacionais. Tratamento favorecido às pequenas e médias empresas;
- Revisão da política salarial, com eliminação do processo de compressão do poder aquisitivo dos trabalhadores, dos servidores públicos e da classe média. Garantia da autonomia e liberdade sindicais e do direito de greve;
- Educação fundamental para todos. Fortalecimento da Universidade e efetivação da sua autonomia. Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural;
- Defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. Adoção de um plano nacional de cultura;
- Combate a qualquer espécie de discriminação e preconceito quanto à religião, sexo e raça. Proteção aos direitos das minorias;
- Direcionamento de recursos e estímulos para o aumento substancial da oferta dos bens e serviços, indispensáveis à satisfação das carências básicas da população no campo da alimentação, saúde, educação e habitação;
- Proteção do meio ambiente. Defesa da Amazônia. Política urbana. Melhoria da qualidade de vida e das condições de segurança individual;
- Reestruturação da previdência social e do sistema financeiro de habitação, com adoção de medidas que lhes propiciem condições de estabilidade e fidelidade aos objetivos sociais;
- Execução de política agropecuária que assegure a fixação de preços mínimos realistas e a formação de estoques reguladores adequados. Reforma agrária mediante cumprimento do estatuto da Terra e melhoria das condições

de vida do homem do campo;

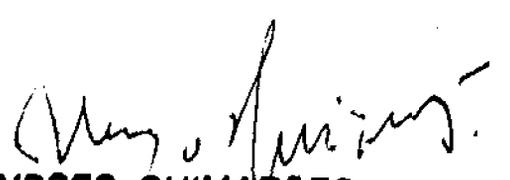
- Política externa voltada para a preservação da soberania dos Estados, segurança e justiça internacionais, e busca da paz".

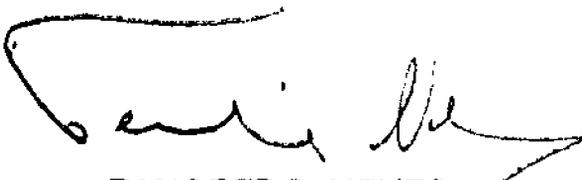
Acordaram os signatários que o candidato a Presidente da República seja proposto pelo PMDB, que indica o Governador Tancredo Neves, e o candidato a Vice-Presidente da República seja apresentado pela Frente Liberal, que indica o Senador José Sarney.

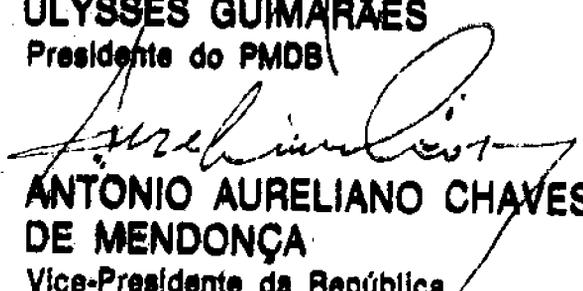
Estabeleceram, igualmente, que o programa governamental venha a ser conjuntamente elaborado pelo PMDB, Frente Liberal e Partidos Políticos que venham a integrar a Aliança Democrática, orientando-se pelos princípios constantes do "Compromisso com a Nação".

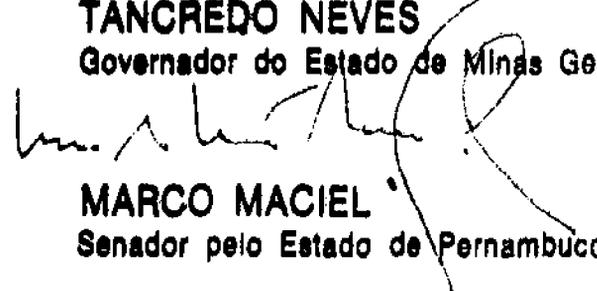
Finalmente, manifestaram a determinação no sentido de desenvolver gestões com o objetivo de alcançar a participação dos partidos políticos e outras forças democráticas que, identificados com estes propósitos, desejem unir esforços através da Aliança Democrática, para solucionar os graves e urgentes problemas que afligem o Brasil e, integrados, pugnarem pela vitória dos compromissos e das candidaturas que, para esse fim, indicam.

Brasília-DF, 7 de agosto de 1984.


ULYSSES GUIMARÃES
Presidente do PMDB


TANCREDO NEVES
Governador do Estado de Minas Gerais


**ANTONIO AURELIANO CHAVES
DE MENDONÇA**
Vice-Presidente da República


MARCO MACIEL
Senador pelo Estado de Pernambuco

PRONUNCIAMENTO DA EXCELÊNCIA O SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE)

Buscar sempre, entre o que nos separa, aquilo que nos pode unir; parece constituir o grande objetivo da Política, porque se queremos viver juntos na divergência, princípio vital da democracia, estamos fadados a nos entender.

Impõe-se, assim, acreditar na força das idéias, compreender que a política não pode ser o meio da conservação, mas de transformação, e, que a firmeza das convicções, não deve ser empecilho para o entendimento capaz de transformar o poder em instrumento de justiça, igualdade e paz social.

Faço tais observações por considerar que episódios significativos incorporados à história brotaram de provisão da capacidade de homens públicos de anteciparem-se às crises e, de modo sinfônico, resolvê-las em consonância com as aspirações nacionais.

Fazer memória desses fatos que se transformaram em datas paradigmáticas serve de pedagogia cívica e ajuda a iluminar o futuro, que se nutre daquilo que fica do que passou. Os vinte anos da Nova República permitem lembrar que o Evangelho da conciliação começou a ser escrito nas Gerais, berço de Tancredo Neves, cuja vida e morte nos torna precursores do mais amplo e denso movimento de redemocratização de toda a vida republicana.

É oportuno recordar a inclinação do homem, das alterosas ao bom senso, como afirmou Alceu Amoroso Lima: "...o mineiro não é, nem da razão pura, nem da paixão pura... A ordem, para ele é uma manifestação da própria

vida... em seu equilíbrio profundo, em sua compensação das partes, em sua oscilação entre extremos".

Nessa direção, acrescentou Mestre Gilberto Freyre: "No assunto todo mineiro típico é vigário... a quem nenhum outro brasileiro deve ter a pretensão de ensinar o padre nosso da relatividade. Relatividade política. Relatividade social. Mineiridade".

Vale anotar a coincidência de refletirmos sobre as duas décadas da Nova República, idealizada por Tancredo Neves e efetivada por José Sarney, no mesmo instante em que transcorrem os 150 anos do Gabinete de Conciliação, articulado e presidido por notável pró-homem das Minas Gerais, estadista que o Presidente Tancredo Neves muito admirava e revelara, se tempo houvesse, a intenção de biografar-lhe.

Pena que a obra do Marquês de Paraná, cujo Gabinete tanto contribuiu para a estabilidade política do Segundo Reinado, por meio de pacto entre os partidos do Império, não se concluísse, interrompida em virtude de seu súbito desaparecimento em 1856.

Conquanto sejam obviamente distintos a moldura das circunstâncias e o tempo histórico, o "Gabinete de Conciliação" e a "Nova República" são movimentos que se parecem. Ambos tinham objetivos comuns de congregar a Nação em torno de idéias, sem exigir das agremiações partidárias renúncia a seus princípios, visando a aperfeiçoar as instituições e construir uma sociedade compatível com as exigências do desenvolvimento e da justiça social.

A Nova República foi fruto de amplo acordo aberto aos partidos políticos e à sociedade civil, tendo como núcleo o PMDB e a Frente Liberal, assim cognominada a dissidência do PDS. O documento constitutivo desse pacto, intitulado "Compromisso com a Nação", estabelecia ao lado de preceitos doutrinários, objetivos programáticos essenciais para que o Brasil se reinserisse no Estado Democrático de Direito, e promovesse o encontro entre o governo e a sociedade, através de adoção de medidas também no campo social, cultural e econômico.

Estava igualmente presente a convicção de que "só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, poderia garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social".

Para tal era indispensável concluir, sem ressentimento, o processo de transição para a democracia, com o término do regime militar.

O percurso havia sido encurtado com a promulgação da Emenda Constitucional nº 11, de 1978, resultado da chamada "Missão Petrônio Portella", que autorizara a revogação dos Atos Institucionais e Complementares, garantia a anistia, restabelecia as condições para a pluralidade partidária e assegurava o livre funcionamento dos sindicatos, entre outros dispositivos contendo inequívocos avanços político-institucionais.

É tempo de lembrar o destemor, a lucidez e, como diria Machado de Assis, o "instinto de nacionalidade", que caracterizou os integrantes da Aliança Democrática e o apoio recebido, através de lídimas instituições - a ABI, a CNBB, a OAB, a SBPC, a Imprensa, as universidades, os sindicatos, entre outras organizações da sociedade civil.

A Frente Liberal, assim batizada pela Imprensa, foi um movimento desencadeado pelos que divergiram da direção do PDS para evitar a imposição de candidatura à Presidência da República, que não resultasse de consulta prévia às bases do Partido e fosse representativa do sentimento de abertura política que se instalara no País. Assim, nasceu o Partido da Frente Liberal, cujo Presidente de Honra foi Aureliano Chaves, então Vice-Presidente da República.

Bem se vê, que o PFL, hoje competentemente presidido pelo Senador Jorge Bornhausen, brotou de um movimento histórico que tornou possível a vitória da Aliança Democrática com a chapa Tancredo Neves e José Sarney. No Manifesto de criação do Partido, que comemora também 20 anos, seus signatários proclamavam:

A hora da reconstrução da democracia deve ser a hora do reencontro e da conciliação indispensáveis à solução das graves dificuldades que nos afligem. Não há por que reviver antagonismos que as novas realidades se incumbiram de superar.

O que é preciso, agora, é corresponder à confiança e à poderosa corrente de esperança que a abertura política reacendeu neste País.

Esta sessão resgata a memória de evento inaugural de uma nova era em nosso País, e, que tem como referencial, a eleição de Tancredo Neves para conduzir as mudanças que o povo brasileiro desesperançado reclamava. A brusca enfermidade que vitimou o Presidente Tancredo Neves e o impossibilitou de assumir a Presidência da República traumatizou a Nação e parecia toldar os horizontes do País.

18

A morte, contudo, ensinou; ou como dizia Rui Barbosa, "não divorcia: aproxima". Se é verdade que o falecimento de Tancredo Neves causou enorme comoção, deixou, todavia, um exemplo a nos inspirar e um programa a cumprir.

É de realçar, por dever de justiça, a exemplaridade de gestos e ações de seu companheiro de jornada Senador José Sarney.

Investido na suprema Magistratura do País, o Vice-Presidente transformou o "Compromisso com a Nação" na bíblia do Governo, adaptando o texto às mudanças do contexto e enfrentando, sem pompa, as circunstâncias.

Empossado no cargo pelo Congresso Nacional, sua primeira atitude foi referendar o Ministério que Tancredo escolhera e recomendar-lhe o pleno cumprimento de todas as diretrizes que Tancredo deixara fixadas, sem que, "nem uma só letra ou vírgula sejam tiradas sem que tudo se cumpra", segundo prescreve o evangelista Mateus.

Cito, pela sua relevância, parágrafos do ideário legado por Tancredo, transformado em ação do governo Sarney:

"Juntos assumimos hoje, perante a Nação, o solene compromisso com a democracia e a justiça. Juntos nos comprometemos a pautar-nos pela seriedade na administração da coisa pública, pela devoção no serviço do País, pelo respeito ao cidadão e pela firme determinação de preservar um povo que é digno e austero. (...) Se não bastasse o imperativo ético, não faltaria uma razão política maior a ditar essa postura. É que estou convencido de que a austeridade no Governo será fator decisivo para o êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático, um dos mais importantes capítulos da carta-compromisso da Aliança Democrática".

E, com isso, dizia finalmente Tancredo:

Conclamo o povo brasileiro a continuar a prestar-nos seu apoio nessa difícil missão. Que cada cidadão oriente suas ações no sentido de atingirmos, na paz social e na concórdia, os altos objetivos que juntamente nos fixamos em praça pública, ao longo de nossa memorável campanha cívica pela democracia. ...Que cada brasileiro, enfim, dê o melhor de si no exercício da responsabilidade intransferível de, com seu esforço consciente, plasmar para si e para os seus filhos o futuro deste País.

Dentre os objetivos fundamentais debatidos, impõe-se sobrelevar a convocação da Constituinte, através de Mensagem do Presidente José Sarney ao Congresso Nacional, de que resultou a Carta de outubro de 1988, que Ulysses Guimarães chamou de "Constituição Cidadã". Com ela, encerramos um longo, todavia, êxito processo que assegurou ao País viver sob um autêntico Estado Democrático de Direito, restaurando ou - perdoem-me a hipérbole - instaurando, sob os auspícios da Sexta República, uma verdadeira democracia em nosso País.

A nossa transição para a democracia - ousar afirmar sem receio de contestação - foi, na segunda metade do século XX, tanto em extensão, quanto em densidade. A mais bem-sucedida, mesmo se comparada com a da Espanha, cujos cânones foram fixados nos "Pactos de Moncloa"

Ensina a filosofia, não desacompanhada da sociologia e da história, que ao desatar o nó da democracia novas demandas emergem com intensidade e

não há outra resposta senão aprofundar, em sua essencialidade, o exercício da democracia. Os problemas da democracia exigem mais democracia.

Daí insistir na necessidade de conferir, na semântica dos novos tempos, urgência às reformas institucionais, cuja ser inadiável está cada vez mais visível.

Seus enunciados, aliás, estão presentes no pacto fundador da Aliança Democrática, ao preconizar:

- É urgente a necessidade de proceder-se à reorganização institucional do País.

- É dever do Estado erradicar a miséria que afronta a dignidade nacional, assegurar a igualdade de oportunidades, propiciar melhor distribuição da renda e da riqueza, proporcionar o reencontro com os valores da nacionalidade.

Para esse fim, entre outros de seus objetivos, explicitava o pacto fundador da Aliança Democrática:

- Fortalecimento da Federação e efetiva autonomia política e financeira dos Estados e Municípios;

- Reforma tributária, como instrumento básico de realização dos objetivos de política social e econômica. Correção das desigualdades regionais e pessoais de renda;

- Desconcentração do Poder e descentralização do processo decisório. Desburocratização.

• Precisamos, depois de consolidada entre nós a democracia, enquanto processo, fertilizá-la substantivamente com os instrumentos da governabilidade. É indispensável mudar o sistema eleitoral para que o voto

deixe de ser "fulanizado". Vertebrar verdadeiros partidos enquanto canais de interlocução entre a sociedade e o Estado; aperfeiçoar o sistema de governo para melhorar o desempenho dos Poderes e seu relacionamento no modelo presidencialista que praticamos; redesenhar o Estado Federal para compatibilizá-lo com as exigências de descentralização. E, finalmente, revigorar as instituições republicanas, isto é, "republicanizar a República", para eliminar a incerteza jurídica e assegurar a todos plena cidadania.

Tais medidas teriam enorme efeito, não só no sistema político, mas igualmente na vida cultural, social e econômica do País e sua plena inserção na comunidade internacional.

Essa deve ser, como anunciou o Presidente Renan Calheiros, a nossa prioridade.

Há, malgrados continuados e expressivos avanços, ainda um largo território a percorrer. A esfinge nos acicata: agora ou quando? Se não nós, quem?

Sr. Presidente, a memória serve para cultuar o passado que continua a se mover, ajuda a sinalizar o futuro, e nos leva a refletir sobre os valores em que se assentam os fundamentos da nacionalidade: a paz, a igualdade, a justiça, a solidariedade, a democracia, e, sobretudo, a liberdade.

Pois, "a liberdade é - como dizia Dom Quixote a Sancho Pança - um dos dons mais preciosos que aos homens deram os céus".

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO DA EXCELÊNCIA O SENADOR JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC)

Vinte anos é pouco para quem acha efêmero tudo o que não tem a idade das Pirâmides. Mas, às vezes, a realidade cria situações incontornáveis e obriga - até a esses céticos - a celebrar décadas como se fossem milênios.

Eu me lembro deles muito bem. Os homens de pouca fé de 1984, que nos viraram as costas quando nós - homens de boa vontade - apostamos na experiência e vocação política de Tancredo Neves e o adotamos como profeta, guia, líder e evangelista, tornando-o Presidente eleito de fato, plebiscitariamente, de um País em que era negada ao povo, constitucionalmente, a eleição direta para Presidente da República.

Não houve magia, nem ilusionismo, mas um prodígio popular. O povo brasileiro fundou a sua democracia na contramão do formalismo e da liturgia que lhe são inerentes. Poucas vezes no mundo, a adesão autêntica da população substituiu a indispensável manifestação eleitoral e ungiu um Presidente da República como se tivesse ocorrido sufrágio universal.

O voto indireto que elegeu Tancredo teve a força de uma votação direta. Vencemos. Perderam os que não acreditavam que fosse possível fundar o regime democrático sem sangue, ódio e vingança.

As mulheres e homens de pouca fé, não adianta oferecer esperança. Nada os comove, porque lhes falta o básico, a sensibilidade democrática. Também lhes faz falta essa estranha, inexplicável e fascinante paixão pela Pátria, a mais

sólida, objetiva e fantástica utopia, que dispensa a genética para nos fazer irmãos; que exclui teologias para nos fazer crentes; que transforma mágoas em confiança; que nos faz solidários enquanto adversários.

O amor à Pátria revela-se pela solidariedade, pela fraternidade, pelo trabalho. Jamais pelo nacionalismo xenófobo, odioso e retrógrado.

Senhoras e Senhores!

Em 1985, este País realizou a mais fecunda e profunda virada política de sua história. Antecipou em quinze anos a sua entrada para o século XXI e nos entregou ao futuro, onde hoje estamos, prontos para crescermos; modernizarmos-nos; promovermos a justiça; implantarmos a plena cidadania, desarmar a valentia covarde dos totalitários, a insanidade dos revolucionários e, apesar das contingências humanas, tornarmos-nos, finalmente, o que merecemos ser: uma civilização.

Orgulho-me de ter sido um dos conspiradores pioneiros que, em 1984, acreditaram na Nova República e a viveram intensamente nestes 20 anos. Valeu a pena.

Na verdade, ninguém percebeu o prodígio que se operava, já que é uma maldição que marca os profetas. Desde a Bíblia, eles semeiam o futuro, mas não conseguem perceber quando esse futuro se materializa. Faz parte da estrutura dramática do Velho Testamento essa maldição incompreensível. Os profetas não percebem o alcance dos prodígios de que são precursores.

Ninguém percebeu, no dia 15 de março de 1985, a virada radical do tempo brasileiro, muito mais que o assinalado pelo calendário gregoriano. O século XXI para o Brasil e os brasileiros começou naquele dia. Foi um momento raro de ruptura, como o 7 de setembro de 1822, com a Independência; como o 15 de novembro de 1989, com a República; como o 29 de outubro de 1945, com a queda do Estado Novo.

O 15 de março de 1985 tornou-se uma das quatro datas fundamentais da nossa história - e Deus queira que seja a última -, assinalando a nossa entrada definitiva e irreversível no rumo da vocação do nosso País. O dia em que o Estado democrático foi estabelecido, assentando-se os alicerces sólidos da plena liberdade.

A vontade do povo brasileiro pôde experimentar, sem susto ou medo, quaisquer propostas e idéias políticas, partidos e líderes, sem os riscos das fragmentações e da irreversibilidade, do totalitarismo e da intolerância. Inoculou-se também o princípio sagrado da renovação periódica dos mandatos e nunca, nem ninguém, nem grupos, partidos ou pessoas, se proclamaram tutor ou senhor, protetor paternal ou dominador violento do povo brasileiro.

Não se alegará jamais que o povo é incapaz, despreparado, inocente ou ingênuo para gerir os destinos da nação. E, nada se fará - seja na cidade, seja nos Estados, seja nacionalmente - sem o nosso voto expresso e direto. Nem fascistas, nem comunistas. Nem elitistas ou anarquistas, nem utopias ou ceticismos, não adianta o apelo das marcas de fantasia, este País não cederá às tentações totalitárias.

Tudo isso, porém, a construção política de que hoje desfrutamos, eu vi, senhoras e senhores, não passava de uma semente - uma esperança - jogada ao chão, adubada, irrigada, protegida dos predadores à esquerda e à direita, que agiam com a brutalidade e grosseria de que somente são capazes os radicais.

A Nova República, que nem tinha esse nome nas conspirações que a desenvolveram, foi uma semente plantada com senso de oportunidade, astúcia política, competência, visão estratégica e uma associação humilde, dedicada, fraternal, verdadeiramente digna da condição humana, por cidadãos tão diferentes entre si, como os dedos da mão e os rostos na multidão.

Teria que ser naquele momento. Antes teria sido abortado, depois teria degenerado.

Teria de ser com Tancredo - maduro, experiente, cumulado de sabedoria que foi treinado pela história, desde a vereança nos anos 30, em São João Del Rei; da constituinte estadual mineira de 1947; do choque federal de 1954. E, o então jovem e impetuoso Ministro da Justiça de Vargas, dos anos de ostracismo honrado sob o regime de 1964, até que, finalmente, quando foi hora, assumiu seu papel de principal protagonista. Primeiro, como Governador de Minas, quando desarmou temores, confirmou sua capacidade de conciliador, inspirou a confiança geral e mostrou coragem.

O ingrediente essencial de 15 de março de 1985 foi a coragem. Não nos esqueçamos do arreganho desvairado do atentado do Riocentro - à direita - a busca do caos, pelo regime esgotado e em processo de liquidação por alguns de seus próprios fiadores militares; nem da tentativa de assalto popular ao Palácio dos Bandeirantes - à esquerda - pelos que se supunham, embora ínfima parcela do povo, em condições de tentar o golpe oportunista.

26

Naquele momento, a grande federação das oposições, que conseguira galvanizar eleitoralmente o País a partir de 1974, tendo à frente Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB; Leonel Brizola, Governador do Rio de Janeiro; Franco Montoro, Governador de São Paulo e o próprio Tancredo, tinha que escolher entre dois caminhos: o de promover um confronto com um desfecho imprevisível; ou procurar uma saída pacífica, mas que implicava em reserva de paciência, firmeza, coragem e, principalmente, humildade. Fizeram a segunda opção. Graças a Deus.

A Campanha das Diretas Já! - a um só tempo com inspiração de bastidores e movimento de rua - tornou-se o estuário de todas as águas. Afluentes à esquerda e à direita foram-se jogando, confiantes e esperançosos. Nem a derrota arrefeceu o projeto ou desestimulou a conspiração.

Naquele 25 de abril de 1984, dei decisivo passo rumo ao grande movimento de democratização do país. Fiz minha declaração de voto a favor das Diretas Já - mas, infelizmente, não tive oportunidade de concretizar a intenção, pois a emenda, sem os votos suficientes na Câmara, não foi ao Senado.

A redemocratização, naquele momento, ainda era um projeto pirandelliano: uma aspiração nacional à procura de um líder.

Não precisei esperar muito. Menos de dois meses depois, no dia 11 de junho de 1984, tive a oportunidade de praticar outro gesto pessoal decisivo. Seguindo um script de rebeldia e denúncia, e acompanhando igual comportamento do Senador e eminente amigo José Sarney, renunciei à presidência do PDS, que havia recebido de suas mãos poucos dias antes.

Não estava só.

Nosso grupo, liderado por Marco Maciel, extraordinário estrategista; Aureliano Chaves; Guilherme Palmeira, Senador; José Sarney e eu, foi o núcleo da Frente Liberal que se transformou no valoroso e atual PFL.

O certo é que, naquele mesmo 11 de junho, horas depois, o Deputado Ulysses Guimarães me procurou e entrei de corpo e alma na conspiração da qual não me apartei nunca mais. A Nova República não foi um momento fugidio.

É um compromisso com a democracia que jamais se esgotará, que nos ungiu a todos e nos desafia a cada dia a testemunhá-lo, pelos que já morreram e pelas gerações que virão.

O destino colocou em nossas mãos, do grupo que formou a Frente Liberal, a oportunidade de fornecer à grande mobilização da Aliança Democrática, o complemento que evitaria a ocorrência, no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, da falta dos votos que impediram a aprovação das Diretas Já, em abril de 1984.

Começaram então seis meses frenéticos, inesquecíveis, indormidos, da montagem da grande estrutura política da Nova República, que implicava não apenas amearhar adesões, mas construir um modelo político que fosse realmente democrático, nem revanchista ou revolucionário, capaz de abrigar e reconhecer todas as ideologias, todos os grupos, tendências ou expectativas, de quem estivesse disposto a se reunir em paz e sem armas, *sem renunciar a idéias e as posições, mas aceitando as regras universais da democracia representativa.*

Pedra sobre pedra, construímos a maioria no Colégio Eleitoral; pedra sobre

pedra, agregamos os grupos mais rebeldes e ariscos, muitos vindos das guerrilhas e vinculados a organizações internacionais; pedra sobre pedra, montamos as regras que permitiram aos militares voltarem-se às suas tarefas de defesa e segurança nacionais, esquecendo-se definitivamente de que haviam atravessado o Rubicão.

Digo nós, porque Tancredo - que, ao se candidatar à Presidência, tornou-se o fiador do projeto e seu negociador final - fez questão de partilhar com todos os grupos que lhe davam suporte as intenções e significados dos acordos e as composições que fazia.

A arquitetura da Nova República seguiu linhas de profunda sabedoria. Regra nº 1: não excluiu ninguém. Nunca, neste País, um movimento político assumiu tão claramente tal abrangência e de forma tão leal e sincera. E os comunistas da linha albanesa, stalinistas e maoístas? perguntava-se. Tancredo ouviu a todos e deu-lhes garantia. E, fez o mesmo com os generais, militares que fizeram sua ascensão aos mais altos comandos durante o regime de 1964.

Nunca, neste País - e desconfio que em poucas consertações políticas no mundo - houve tanta tolerância sincera; tanta confiança na democracia; tanta disponibilidade; tanta honestidade de propósitos; tanta coragem para discordar e compor - como naqueles dias que antecederam a eleição de Tancredo para Presidente da República como o 15 de janeiro de 1985.

O mesmo que clima permaneceu até à data da posse que não houve. Tancredo foi substituído dignamente pelo Vice-Presidente José Sarney, que honrou o espírito e os compromissos da Nova República - com inteligência, paciência e obstinação.

A data que hoje celebramos, 20 anos depois, é o marco zero do vigente regime democrático brasileiro. Democracia é civilidade, o contrário da barbárie.

Democracia não é opção, é destino dos povos que evoluem. Creio na cordialidade, na liberdade, na força da Justiça, na representação popular, no voto livre, na civilidade, na racionalidade administrativa, na teoria econômica, no avanço da ciência, na força renovadora e criativa das artes. E, não sei em

que outro regime político, a não ser na democracia, assim como ela está estabelecida no Brasil, tais valores humanos tenham mais e melhores condições de otimizar-se.

Sei que nos ameaçam inimigos terríveis: a corrupção e o carreirismo; o messianismo populista; os revolucionários anacrônicos e sanguinários; o terrorismo internacional, a violência urbana, a demagogia, a incompetência e a inapetência administrativa, além das endemias perigosas para a saúde da democracia.

Para combatê-las, contamos com os antídotos e os remédios da lei, a alternância do poder, a capacidade de resistência popular, a adoção de medidas extremas, como o impeachment, que já foi aplicado legitimamente sem violação de direitos.

Tendo participado, há 20 anos, da implantação do regime democrático que desfrutamos no Brasil, celebro a ventura de vive-lo intensamente ainda hoje.

Ganhei e perdi eleições. Apoiei e combati governos. E, presido, atualmente, com muita honra, o Partido da Frente Liberal, que hoje faz oposição ao governo.

O PFL foi formado em 1985 pelas mesmas pessoas que, naqueles seis meses decisivos de 1984, foram parceiras da grande aventura de Tancredo Neves.

Com a emoção de quem recorda, mas com a disposição de quem combate, que evoco o espírito de 1985 como inspiração para o processo de refundação que ora desenvolvemos no PFL, buscando nas nossas raízes e, em 20 anos de lutas, inspiração e formas de continuarmos a ser fiéis a um projeto que desmoralizou os céticos, superou deserções e há de prevalecer, como as pirâmides.

Que a democracia - a liberdade, o avanço civilizatório, o espírito e a visão profética dos companheiros protagonistas, dos anos de 1984 e 1985, não abandonem jamais este País.

Amém.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO DA EXCELÊNCIA O SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Hoje é um dia singular na democracia brasileira.

Dois grandes brasileiros estão sendo homenageados de uma só vez: Tancredo Neves e o Presidente José Sarney. O Presidente José Sarney, de quem tive a honra, por indicação de Tancredo, de ser Ministro por cinco anos, soube, como ninguém, portar-se em momentos difíceis, talvez o mais difícil da República. Sempre o tratei com o respeito indispensável que se deve tratar o Presidente da República.

Assim, durante todo esse período, o hoje amigo de mais de 5 décadas - naquele tempo de 3 décadas - eu sempre tratava com a reverência que o cargo de Presidente da República requer.

Com ele discutíamos, abertamente, os problemas nacionais, sobretudo aqueles que antecederam a morte de Tancredo. A sua reação, em determinado momento, no nosso Partido na época, o PDS, foi a mais corajosa possível num dia ou numa manhã em que tudo poderia acontecer. Mas, com sua coragem e seus amigos, resistimos, e daí se forçou, dentro de pouco tempo, a fundação do Partido da Frente Liberal.

Entendo que a candidatura Tancredo era aquela que o povo brasileiro queria. Não sei, caso a eleição fosse direta, se ele seria Presidente ou não. O fato é que Tancredo era o homem que a sociedade brasileira realmente desejava para presidir a República, não apenas por suas qualidades de caráter, como

pelo seu vasto conhecimento. Fora promotor em Minas, fora deputado estadual, deputado federal, senador, governador, diretor do Banco do Brasil. Enfim, conhecia tudo. Muito mais ainda: possuía uma inteligência notável, característica que só os estadistas da sua categoria possuíam.

Costumo repetir que todos os movimentos, desde a década de trinta para cá, ou mesmo antes da República e até mesmo da Independência, todos esses movimentos, sejam civis ou militares, foram feitos com o apoio da opinião pública nacional. Sem o apoio da opinião pública nacional, jamais teriam acontecido! Sem o apoio da opinião pública nacional, Tancredo Neves não teria sido Presidente da República!

Juntamente com seu conterrâneo, Juscelino Kubitschek, de quem fora amigo, não encontraremos figuras maiores. A vida de Tancredo pode se dizer, com certeza, que representa a vida de um dos brasileiros contemporâneos mais eminentes.

Trabalhamos juntos, antes mesmo - e aí vai um pouco de história - da sua eleição na convenção do PMDB. Tive a honra de me encontrar várias vezes com ele em seu apartamento na Avenida Atlântica, oportunidades em que ele, sempre com lucidez, via os caminhos que o Brasil deveria percorrer. Tancredo se tornou insubstituível como candidato.

Em 11 de agosto de 1984, nós participávamos do PDS e estávamos com a candidatura de Mário Andreazza, que foi fragorosamente derrotado por Paulo Maluf, candidato da situação. Por outro lado, grandes líderes queriam a permanência do Presidente de então, mas o povo não queria. O povo queria Diretas Já, e, na falta de Diretas Já, aquele que as representava, e quem as representava, além de Ulysses Guimarães, era Tancredo Neves.

No dia 12, houve a convenção do PMDB. Existiam dúvidas muito claras no ambiente político se José Sarney seria bem recebido na convenção do PMDB, uma vez que fora Presidente do PDS. Entretanto, como todos sabemos, foi muito bem recebido, e, juntamente com Tancredo, consagrados Presidente e Vice-Presidente da República. Neste dia, ousou confessar, Tancredo esteve na minha residência e me convocou para trabalhar com ele no Ministério ;12 de

agosto de 1984. Não me disse qual, mas assegurou-me que trabalharia com ele. Desde então enfrentamos lutas sérias. Relembro o comício de Goiânia, organizado por Iris Rezende. Este foi um dos comícios mais vibrantes da campanha. Como havia muita bandeira vermelha, o Exército ficou um pouco aborrecido e fez traduzir para Tancredo que isso não deveria ocorrer com tanta freqüência.

Mas Tancredo também tinha - como ainda há pouco li em uma entrevista de Aécio Neves - ligações com vários militares importantes da República. Tancredo dava-se e compreendia todos e, por isso, facilmente conquistava aqueles que com ele dialogavam. Antes de tudo, sua convicção democrata imprimiu o espírito articulador.

Passaram-se os dias e houve um célebre 04 de setembro. Era meu aniversário. Aqui tem o depoimento do então Ministro da Aeronáutica - até presente no momento - , no jornal **O Estado de S. Paulo**, em que diz : Perdoe-me, eu não quero ser imodesto; também devo dizer o que penso: A crise entre ACM e Délio foi uma virada na campanha de Tancredo Neves. Ali selou-se a sorte de Paulo Maluf. Até então nenhum político havia enfrentado um ministro militar". Palavras do Brigadeiro Moreira Lima.

Dai vieram muitos acontecimentos. Falaram que eu iria para Fernando de Noronha, que iria ser preso, entre tantos outros comentários. Procurei munir-me de bons advogados. Fui em busca da grande figura, entre Ministros do Supremo, de Vitor Nunes Leal. Juntos tivemos uma reunião, no Rio de Janeiro, com Pedro Gordilho e com uma pessoa que, a cada dia, agiganta-se no Supremo e na República: o Ministro Sepúlveda Pertence, que na época fazia parte do escritório de Vitor Nunes. Traçamos uma política de defesa da minha pessoa, com todo o apoio jurídico, por intermédio dessas figuras notáveis que acabei de citar.

Veio a eleição de 15 de janeiro. A vitória esmagadora de Tancredo Neves traduziu a vontade do povo brasileiro. Em seguida, como sempre acontece, mas com Tancredo era bem diferente, digamos a verdade, ocorreu a definição e formação de ministério. Tancredo tinha na cabeça todos os ministros que iria nomear. Embora conversasse com várias pessoas, ele já tinha formado o ministério.

Tancredo era a esperança nacional quando adoeceu. E adoeceu com muita coragem, porque não teve a vontade de curar-se talvez na hora própria; ele tinha a convicção de que o momento da Nação era mais importante do que a sua própria saúde, ou, sua própria vida. Causou-me estranheza quando, no dia 14, ao final da missa na Igreja Dom Bosco, Tancredo passara, batera no meu peito e dissera: "Antonio Carlos, me acontece cada coisa!" E estava meio pálido. Realmente não deduzi coisa alguma, até que às nove horas fui informado do seu internamento, e da luta na ocasião porque o Presidente da República achava que o Vice-Presidente José Sarney não deveria tomar posse. Puro capricho de derrotado. O Dr. Leitão de Abreu também se fixou nessa tese. Outros juristas importantes, como Afonso Arinos, pensavam de modo totalmente diferente. Mas manda a verdade que se diga que tudo se esclareceu quando um jovem jurista militar, aqui presente e hoje tão jovem quanto ontem, o General Leônidas Pires Gonçalves, chegou no meio da reunião e disse: "A Constituição está aqui. Quem vai tomar posse é José Sarney, como Vice-Presidente da República". E José Sarney tomou posse.

34

Vou lembrar um pouco o nosso querido Aécio Neves, que sofria como ninguém naquela noite: admitimos até que Tancredo tomasse posse no hospital. Mas isso não ocorreu, inclusive pela própria vontade de Tancredo. Então vivemos aquela agonia que não foi só a agonia de Tancredo; foi a agonia da Nação inteira com a sua doença, tanto aqui quanto em São Paulo. Até aquele dia 21 de abril - todo o povo brasileiro se recorda - quando um avião decolou com o corpo de Tancredo. O lamentável desfecho ficou na memória de todos. Passamos aqui, fomos para Barbacena e de lá para São João Del Rei. Todos estavam sofrendo muito, o Brasil sofrendo mais ainda, e, com o Brasil, sofria o Presidente José Sarney!

O Presidente José Sarney, com a dignidade que lhe é própria e que tem provado em vários momentos da sua vida, procedera como estadista, mas temeroso pela responsabilidade de substituir aquele que era popularmente no Brasil, talvez, o maior personagem público. Deu-se a posse. Devemos dizer a verdade: não esperávamos o desenlace; esperávamos todos os dias por aqueles boletins do INCOR, geralmente anunciados por Antônio Britto e com os quais todo o Brasil sofria, até quando ocorreu o inevitável. Porém Sarney, honrando as tradições de seu Estado e criando uma tradição para todos nós que fazemos vida pública, soube proceder não só como estadista, mas como o amigo, mantendo todo o ministério para o qual Tancredo já havia assinado os decretos.

Devo dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que até o fim de seu mandato, Sarney procurou ser fiel e seguir Tancredo. Nós tínhamos encontros praticamente diários e podíamos ver como ele se interessava em não fazer nada que Tancredo não desejasse, se vivo fosse. Daí por que hoje ele é muito responsável pela democracia, que ora comemoramos vinte anos de existência.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós temos o dever de honrar a memória de Tancredo Neves e continuar o trabalho democrático, que não se esgota nesas duas décadas.

Li hoje algumas frases e uma me ficou bem na cabeça, a de Claude Pepper, que dizia: "A democracia é a melhor de todas, porque todos têm o direito de errar". Na democracia, mesmo errando, se acerta. O povo pode corrigir, de quatro em quatro anos, os erros que nós cometemos. Eu digo, neste instante, que Tancredo provavelmente poderia repetir as palavras do Visconde de Rio Branco: "Confirmarei diante de Deus tudo quanto houver afirmado aos homens". Ele pode confirmar, onde quer que esteja, que foi um homem que só pensou no Brasil, lutou pelo Brasil e pelo Brasil morreu, deixando um nome que hoje tem que ser reverenciado pela Nação brasileira.

Muito obrigado.

ORDEM CRONOLÓGICA DO PROCESSO PARA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL*

1984

Janeiro a abril

Campanha das Diretas-Já, movimento da oposição para lançamento de candidaturas à Presidência da República. Convicto de que haveria eleições diretas, Ulysses Guimarães lança sua candidatura.

15 de fevereiro

Reunião do Presidente Figueiredo com os presidentes do PDS (Maluf, Andreazza, Aureliano e Marco Maciel) para indicar que não abdicava de participar da escolha do sucessor.

21 de março

Senadores paulistas do PMDB admitem disputar a eleição presidencial no Colégio Eleitoral. Ao mesmo tempo, a boataria, refletida na imprensa, alardeia descontentamento no PDS.

28 de março

A demissão do ministro da Marinha, Maximiliano da Fonseca, é interpretada como indício de disputa entre militares da linha dura e partidários da redemocratização sem imposição de candidatura.

Abril

Pronunciamento do presidente Figueiredo, na televisão, indicando que o governo mandaria ao Congresso emenda constitucional prevendo eleições diretas em 1988. Embora remetida ao Congresso, a proposta acabou sendo retirada para evitar o debate sobre eleições diretas.

21 de Abril

Nas comemorações de Tiradentes, em Ouro Preto, o governador Tancredo Neves preconiza a unidade das forças civis sem radicalismo.

24 de Abril

Às vésperas da votação da emenda das diretas, o governo decreta estado de emergência em Brasília. Tropas federais cercam o Congresso.

25 de Abril

A emenda das diretas é derrotada, tendo recebido 298 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções. Um total de 113 parlamentares deixa de comparecer à votação.

Maio

A imprensa continua insistindo em entendimentos entre dirigentes do PDS e líderes da oposição, para uma ação conjunta no Colégio Eleitoral. Contudo, nenhum dirigente dos dois lados confirma-os.

10 de junho

Figueiredo retira o apoio que havia dado à realização de prévias entre os candidatos do PDS.

11 de junho

Como reação à retirada do apoio de Figueiredo à sua

iniciativa de promover prévias, na esperança de assim pacificar a agremiação, Sarney renuncia à presidência do PDS. A reunião em que se dá o fato é grandemente tumultuada.

19 de junho

Governadores do PMDB, reunidos no Palácio do Bandeirantes, em São Paulo, lançam a candidatura de Tancredo Neves para concorrer no Colégio Eleitoral.

21 de junho

No exercício da Presidência do PDS, em substituição a Sarney, o senador Bornhausen renuncia.

Julho

Começa a aproximação entre oposição e dissidência do PDS. Fala-se no Acordo de Minas, pacto a ser estabelecido entre Tancredo e Aureliano.

3 de julho

É constituída formalmente, pela dissidência do PDS, a Frente Liberal.

10 de julho

Aureliano admite publicamente, pela primeira vez, a possibilidade de apoio a Tancredo Neves, da dissidência do PDS, *agora formalmente denominada Frente Liberal*.

14 de julho

Reunião no Palácio Jaburu consagra o que passou a denominar-se Aliança Democrática, união da Frente Liberal com o PMDB para disputar o Colégio Eleitoral.

7 de agosto

Tornados públicos os compromissos da Aliança Democrática, todos relacionados à redemocratização do País, a exemplo da convocação de Constituinte e de eleições diretas para a Presidência da República.

12 de agosto

Convenção do PMDB oficializando a chapa Tancredo Neves - José Sarney para concorrer ao Colégio Eleitoral.

14 de agosto

Convenção do PDS: Maluf é escolhido como candidato com a diferença de 143 votos. Sentindo-se desobrigado de seus compromissos com Andreazza, Antonio Carlos Magalhães declara seu apoio a Tancredo Neves.

4 de setembro

Em Salvador, numa solenidade oficial, o Ministro da Aeronáutica ataca violentamente os dissidentes do PDS sendo enfrentado publicamente por Antonio Carlos Magalhães. Na avaliação de Thales Ramalho, o incidente consagra o fim do regime militar. No mesmo dia, Tancredo Neves visita Ernesto Geisel no Rio de Janeiro

40

1985

24 de janeiro

Cumpridas as formalidades junto ao Tribunal Superior Eleitoral, no mês anterior, realiza-se a primeira convenção do Partido da Frente Liberal (PFL), na qual são aprovados Manifesto e Programa.

* A ordem cronológica descrita acima foi retirada do livro "A Frente Liberal e a Democracia no Brasil" (Brasília, 2001), de Arsênio Eduardo Corrêa.



Senado Federal - Anexo I - 26º Andar - Brasília - DF - 70165-900
Tel.: 0800 63 25 25 - Fax: (0xx61) 223-6201 - Site: www.itn.org.br